

CPLP. A IMPORTÂNCIA DO BRASIL NO ESPAÇO LUSÓFONO¹

Luís Fontoura²

1. A relação colonial portuguesa não se concluiu ao modo que melhor teria correspondido à expectativa que era o registo das nossas tradições. Poucos haviam escutado as razões de Bandoung, os povos que ali foram festejar³ a alvorada da libertação e proclamar os caminhos do futuro que pretendiam, em livre escolha, fosse uma mensagem moral a ser recebida pela Humanidade; como poucos haviam atendido, apreendendo-lhe a essência, a ampla e intensa movimentação que vinha de trás, de todo o lado, numa lenta mas fecunda agregação de esforços de que nem sempre estiveram afastadas as armas a apoiar justas aspirações⁴. Para outros, nem mesmo a peremptória resolução da Assembleia Geral da ONU de 1960⁵, determinando o termo imediato e universal do colonialismo, significou o ponto final que a Humanidade ali representada decidira pôr a uma situação que os tempos condenavam, e de forma inequívoca. Os que lhe prestaram atenção e perscrutaram o futuro, não tiveram oportunidade de fazer ouvir a razão.

Conhece-se a forma como se liquidou a presença de Portugal nas suas colónias. Ao contrário do que fora acontecendo na generalidade das situações coloniais, salvo exceções, saldadas, aliás, também, em deploráveis tragédias, foram o desgaste de uma violenta

¹ Conferência proferida na Academia Internacional da Cultura Portuguesa..

² Professor Conv. Jubilado do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas--Universidade Técnica de Lisboa.

³ Cfr. *Declaração Final da Conferência Afro-Asiática de Bandoung*, de 24 de Abril de 1955.

⁴ Eduardo dos Santos, *Pan-Africanismo de Ontem e de Hoje*, Lisboa, Ed. do A., 1968; Henri Grimal, *La Décolonisation*, Bruxelles, Éditions Complexe, 1985; Philippe Decraene, *Le Panafricanisme*, Paris, Presses Universitaires de France, 1976; Philippe e Jack Woodis, *Africa: los origenes de la revolución*, Madrid, Editorial Ciencia Nueva, 1968 e Horace Campbell, "Pan Africanism in the Twenty-First Century", in Tajudem Abdel-Raheen, ed., *Pan Africanism*, London, Pluto Press, 1996, pp.212-228.

guerra de 13 anos tornada inútil e a crescente pressão da conjuntura internacional, as determinantes essenciais do ajuste final. Por todo o lado onde as situações coloniais se haviam resolvido sem a intervenção do argumento das armas, houve oportunidade de encontrar múltiplas formas de cooperação imediata⁶, nalguns casos dando, mesmo, lugar a que a direcção das estruturas institucionais dos novos Estados se mantivessem, temporariamente, na responsabilidade da antiga potência colonial—noutros, que permanecessem, como garantia da ordem local, e por tempo acordado, contingentes armados. As independências significaram, algumas vezes, apenas, mas imprescritíveis do ponto de vista da sua dignidade humana, a modificação da natureza da relação política entre colonizador e colonizado, revigorando-se, nesse reencontro, a convivência entre povos, que, em liberdade e em cooperação, prosseguiram destinos próximos. Os impérios coloniais inglês e francês souberam e puderam transformar-se em comunidades vivas e actantes, conjuntos de nações livres e independentes, tradução livre de um passado comum⁷.

No caso português, uma obstinada inconsideração do que MacMillan designara, em Joanesburgo, por “ventos da História», e uma deficiente percepção do sentido da exigência dos interesses geoestratégicos dos poderes que marcaram o Sec. XX, impediram soluções semelhantes, inspiradas nos propósitos da restauração da dignidade dos povos colonizados, de uma paz aberta ao futuro e acolhendo o sentimento prevalecente na comunidade internacional. Nem houve, sequer, soluções à prova; houve guerra, com termo que não nos honra. Transformaram-se, entretanto, em inimigos, povos que, durante séculos, tinham conhecido um outro convívio com as gentes

⁵ Resolução 1514 de 14 de Dezembro de 1960.

⁶ Maurice Flory, *Droit International du Développement*, Paris, Presses Universitaires de France, 1977, pp. 120-150.

⁷ Maurice Flory, *op. cit.*, pp. 151 ss. e François Luchaire, *Droit d’Outre-Mer et de la Coopération*, Paris, Presses Universitaires de France, 1959, pp. 117 ss.

portuguesas---e durante treze anos sofreu-se uma guerra cruel e sem sentido que, disseminando a destruição no presente, minava, concomitantemente, as raízes mais profundas de uma relação multissecular, constituindo-se num sério obstáculo à criação das condições legitimadoras de um entendimento futuro.

O confronto pela hegemonia mundial, levado a todos os azimutes, não podia alhear-se do desenvolvimento da luta naqueles territórios, quase todos com expressivo valor geoestratégico, além de, nalguns casos, serem detentores reconhecidos de matérias primas de valor de primeira grandeza. A disputa de influência e domínio das situações, pendeu para Leste, completamente livre que estava de compromissos estratégicos contraditórios para agir e agindo, com coerência irretocável, na linha dos princípios que postulava, por outras palavras, a liquidação total e completa das situações coloniais, com todas as consequências desfavoráveis ao opositor. A intervenção não poderia ter sido mais ostensiva, com a duração e a profundidade suficientes para criar raízes duradouras. A formação e o treino aturado e interessado ideologicamente de quadros nas universidades militares e civis, a sustentação aberta da guerra com armamentos, conselheiros e, mesmo, combatentes, o apoio e, até, a condução da movimentação diplomática, o financiamento da logística do combate.

É nestes momentos que se firmam acordos de cooperação em que tudo se cede, nalguns casos, até, a independência por que arduamente se luta; é o que a doutrina francesa designa por cooperação «engagé»⁸, no fundo pouco mais do que uma retribuição com compensações avultadas pelo financiamento do combate e tudo o resto. Paralelamente, foi-se construindo, nos territórios das ainda colónias, o modelo de Estado do futuro, cópia fiel da matriz situada a Leste, por mais desadequada que se viesse a revelar---mas, em todo o

⁸ Maurice Flory, *op. cit.*, pp. 134-144.

caso, pressupostos de garantia, para o futuro, de fidelidades de grande valia para a construção de um mundo que se supunha, ainda, possível.

2. Foi, por tudo isto, extremamente difícil o recomeço das relações entre Portugal e os novos Estados Africanos que falam português. Vitoriosos, apoiados numa superpotência ideologicamente inimiga do colonizador, enquadrados na *Organização da Unidade Africana* e no *Movimento Não-Alinhado*, organizados em franca ruptura com a tradição colonial, as estruturas do Estado nascido na luta dominadas por quadros hostis, disputados violentamente, por todos os interesses internacionais, os mais implacáveis, plenos de esperança e firmes na convicção de que o fim do colonialismo seria, por si só, o início das venturas. Além disso, a impedir ou a envenenar afectos, as feridas ainda sangrando de uma guerra que podia ter sido evitada. O ressentimento não podia deixar de identificar o colonizador com o inimigo da véspera---em consequência sem legitimidade aceitável para propor a retoma de uma relação fundamentada na amizade e na igualdade.

Houve, no entanto, em Portugal e nos países que haviam sido colónias portuguesas, apesar do sentimento nesse sentido ser pesadamente adverso, quem não tivesse desistido de meditar nas vantagens, quase diria na inevitabilidade histórica, da reconstrução de um espaço histórico-cultural, partilhado e enriquecido por todas as nações livres que se exprimem em português---no português que cada uma vai recriando e valorizando, no seu dia a dia, com o seu cunho nacional. Aconteceu, também, a mudança dos tempos, que permitiu e aconselhou a reavaliação das convicções iniciais apreendidas em contexto diferente e, nalguns aspectos, surpreendendo, mesmo, os observadores mais treinados na previsão do futuro; as dores foram sofridas, os interesses reponderados---e, paulatinamente, as

circunstancias recriaram as condições propícias a uma reaproximação. Portugal e as suas antigas colónias outorgaram, então, acordos de cooperação que consignaram ajudas consistentes da antiga potência colonial em todos os domínios da vida dos novos Estados e foram executados com presteza e lealdade; fez deslocar centenas de cooperantes portugueses, sobretudo para sectores nevrálgicos como saúde e educação que não puderam, na circunstancia, dispensar esforços de compreensão em momentos de tensão, muitas vezes impulsionados por outras cooperações adversárias, nalguns casos com objectivos políticos estratégicos.

Mesmo este facto da rápida consolidação das novas relações não pareceu, no entanto, suficientemente legitimador de qualquer proposta que resultasse de iniciativa do Estado português.

3. Das nações que também partilharam, connosco, séculos de um passado feito História, só uma parecia reunir as condições ideais para desencadear o movimento que havia de levar à Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): o Brasil⁹.

A sua origem na colónia que os portugueses fundaram no continente sul-americano, isto é, a sua condição de ex-colónia; a forte componente africana na expressiva e fecunda cultura do seu povo¹⁰; o cruzamento de raças sobre a qual se formou a etnia brasileira¹¹, a distância bastante prudente com que se salvaguardou no desenrolar do conflito no quadro das suas relações especiais com Portugal, devendo, a propósito, recordar-se a decisão de Jânio Quadros, de

⁹ Recorde-se, neste momento, a lúcida visão e o empenhado esforço do então Embaixador do Brasil em Lisboa, Dr. José Aparecido de Oliveira, na criação da CPLP. Venceu obstáculos que pareciam insuperáveis, convenceu opositores, entusiasmou reticentes, mobilizou vontades, congregou esforços, consertou desavindos.

¹⁰ Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, Lisboa, Gradiva, 2000, pp. 121-132 e Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, Lisboa, Livros do Brasil, 1957.

¹¹ Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo*, 23^a ed., S. Paulo, Editora Brasiliense, 1994, pp. 107 e ss.

contrariar, na ONU, a posição tradicional do seu país de apoio a Portugal¹²; o reconhecimento, de pronto, das independências de 1974--e o estabelecimento imediato¹³, pelo governo de general Ernesto Geisiel, de relações diplomáticas intensas e de formas de cooperação activa em todos os domínios com os novos países, numa aproximação política carregada de objectivos políticos que os seus interesses nacionais ha muito reclamavam¹⁴. Com Portugal, a outra parte, mantém a nação brasileira fraterna e sólida relação, que o decorrer do tempo não tem lesado. Acrescerá ao demais, o facto de, no quadro dos desígnios brasileiros, ha muito se entender o Atlântico Sul como espaço da sua vocação e poder.

O Brasil reunia, tudo permite concluir assim, as indispensáveis condições de confiança e legitimidade para ser a única voz que podia ser ouvida com consequência. O momento tinha chegado e a História podia, finalmente, receber, no seu seio, um novo ente que, perscrutando o futuro, considera imperativo “consolidar a realidade cultural nacional e plurinacional que confere identidade própria aos Países de Língua Portuguesa, reflectindo o relacionamento especial existente entre eles”; “encarecer a progressiva afirmação internacional do conjunto dos Países de Língua Portuguesa que constituem um espaço geograficamente descontínuo mas identificado pelo idioma comum”; “reiterar o compromisso de reforçar os laços de solidariedade e de cooperação que os unem, conjugando iniciativas.....para a afirmação cada vez maior da Língua Portuguesa”. Um entidade que reafirma constituir, a Língua Portuguesa, entre os respectivos povos, um vínculo histórico e um património comum resultante de uma convivência multissecular que deve ser valorizada; que é, no “plano

¹² Teresinha de Castro, *África, Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1981, pp. 198 e ss.

¹³ O Brasil foi, em 1975, o primeiro país não comunista a reconhecer a República Popular de Angola e a instalar representação diplomática em Luanda.

¹⁴ Manuel Correia de Andrade, *Geopolítica do Brasil*, S. Paulo, Editora Ática, S. A., 1995, p. 46.

mundial, fundamento de uma actuação conjunta cada vez mais significativa e influente”.

Estas, são as solenes declarações do Comunicado Final que num “acto de fidelidade à vocação e à vontade dos seus Povos”, os representantes maiores da novel comunidade assinaram, em Lisboa, a 17 de Julho de 1996. Não deverá passar sem anotação as repetidas afirmações contidas no documento de que a entidade prevê intervenção internacional influente, representando culturas ligadas por um idioma comum.

Recordem-se, no entanto, neste momento, alguns visionários desse espaço lusófono, como Gilberto Freyre¹⁵ e Adriano Moreira¹⁶; um, intentando explicar o povo que todos somos, o futuro que podia acontecer, “naquele começo de uma vasta cultura plural”; o outro, com a visão do “oceano moreno” a unir uma comunidade inspirada numa matriz cultural, a perspectivar rumos para a História. Juntem-se-lhes, Golbery do Couto e Silva¹⁷ e o “destino manifesto” brasileiro em que sempre insistiu nos seus estudos geopolíticos e geoestratégicos--- e, entre outros¹⁸, Jaime Gama, então chefe da diplomacia portuguesa a quem se deverá creditar uma discreta sugestão para a criação de uma comunidade lusófona, em discurso de 1983 na cidade da Praia¹⁹. Mas não era a hora---nem eram as vozes que História queria ouvir.

¹⁵ Gilberto Freyre, *O Mundo que o Português Criou*, Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editora, 1940, pp. 36, 42-58 e *O Brasil em Face das Áfricas Negras e Mestiças*, conferência no Gabinete Português de Leitura, Rio de Janeiro, 1962.

¹⁶ Adriano Moreira, *A Europa em Formação (A Crise do Atlântico)*, São Paulo, Editora Resenha Universitária, 1976, pp. 235 ss. e “Oceano Moreno”, in *Estudos da Conjuntura Internacional*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999, pp. 120-137

¹⁷ Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olímpio Editôra, 1967, pp. 69-70.

¹⁸ Manuel de Sá-Machado, *Para uma Comunidade Luso-Brasileira*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1973, pp. 25-48.

¹⁹ Jaime Gama sugeriu, mesmo, a designação de *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*.

4. A formação e a estruturação do espaço brasileiro, no entender de François Thual²⁰, obedeceu, comprovadamente, a lógicas de expansão territorial (a Bacia do Prata, o controlo da Bacia Amazónica e o Brasil central) e de controlo de dados geoestratégicos²¹ bem definidos. As suas raízes portuguesas^{22/23}, o processo pacífico que enquadrou a sua separação da coroa lusitana, as imensas riquezas que se já se conheciam em concreto ou, simplesmente, se idealizavam, diferenciaram e singularizaram o país, numa zona de colonização espanhola, cujos territórios, de menor porte, só nos teatros de guerra obtiveram as suas independências.

Estas circunstâncias parece terem imposto, desde os primórdios da independência, à estratégia nacional brasileira²⁴, comportamentos especiais para evitar, por um lado, pudesse vir o país a ser tomado pelos seus vizinhos como ameaça latente a controlar ou a combater, criando condições permanentes e sólidas que pudessem dissuadir eventuais tentativas de agressão e até da constituição de coalizões que pusessem em causa a integridade da sua soberania---e, por outro lado, pudessem sustentar de imediato a ocupação do já vastíssimo espaço que vinha da colonização, garantindo-lhe a inteireza e a unidade²⁵. Ainda no período que corresponde à soberania portuguesa, a colónia, fazendo prova de correcto sentido do espaço,

²⁰ François Thual, *Méthodes de la Géopolitique*, Paris, Ellipses, 1996, pp. 111-116.

²¹ René Armand Dreifuss, "Strategic Perceptions and Frontier Policies in Brazil", in *Premissas*, 2000, N. 21, pp. 27-54

²² Thomas E. Skidmore, *Uma História do Brasil*, S. Paulo, Editora Paz e Terra S. A., 1998, pp. 17-47.

²³ Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala e Novo Mundo nos Trópicos*, Lisboa, Livros do Brasil, 1972, pp. 182 e ss.

²⁴ Em 1821, o estadista brasileiro José Bonifácio, deu a público, em *Lembranças e Apontamentos*, a sua visão geopolítica de um Brasil grande-nação. O histórico documento revela-se como um programa completo da transformação da colónia num Estado poderoso e proeminente.

²⁵ "Inúmeros analistas do Brasil ficam perplexos ao pesquisarem a causa da unidade desse colosso que é o Brasil, principalmente por terem diante dos olhos a realidade da América Espanhola, toda esfacelada. Uns, classificam-na como milagre; outros, descobrem ser apenas obra do destino; estes, indicam a religião; aqueles, a língua; nenhum, porém, até agora, apontou a causa real dessa unidade do Brasil, um país continente. Ninguém deixa de admirar-se desse todo gigantesco, de oito e meio milhões de quilómetros quadrados, ser conquistado, povoado e deixado íntegro, por um punhado de portugueses e de sua descendência...". Cfr. Lysias Rodrigues, *A Geopolítica do Brasil*, Rio de Janeiro, Biblioteca Militar Editora, 1947, p. 81.

praticou uma política de expansão territorial que foi muito além dos quase 3 milhões de metros quadrados que resultariam da aplicação rigorosa do Tratado de Tordesilhas. O brasileiro Alexandre de Gusmão, ministro de D. José, Rei de Portugal, muito contribuiu para este notável ganho de espaço, com a energia e sajaria com que sustentou a aplicação do princípio *uti possidetis*²⁶ na delimitação das fronteiras entre a colônia portuguesa e as que se encontravam sob soberania espanhola²⁷.

Desde meados do Séc. XIX, o controlo da embocadura do Rio da Prata assim como o das bacias fluviais a montante, conduziram o Brasil e a Argentina a sucessivos momentos de grande tensão, muitas vezes degenerados em confrontos militares, antagonismo que só terminou com a criação de um Estado-tampão, o Uruguay, a separar os dois contendores²⁸. Na Bacia do Prata, de forma a assegurar o controlo militar e comercial de artérias vitais, tratou-se de ganhar posições em afluentes ou defluentes dos grandes rios sul-americanos, em prejuízo da Argentina, Paraguay e Uruguay. Entretanto, parte dos ganhos territoriais obtidos no Brasil platino pela diplomacia (Tratado de Madrid de 1755) e pela guerra, viriam a ser perdidos em 1777, no Tratado de Santo Ildefonso que entregou, à Espanha, o Território das Missões e a Colônia de Sacramento. D. Maria I, em Portugal, não dispôs de força bastante para evitar que, por este instrumento, Castela ficasse com o controlo da foz do Rio Uruguay no Prata e, dominando as suas duas margens, com a exclusividade de navegação no mesmo.

A Amazónia, desafiante pela sua extensão, valor estratégico, riqueza em minério e riqueza vegetal, foi território conquistado, no

²⁶ Consagrado, em 1750, pelo Tratado de Madrid, o princípio legitima a posse da terra por quem primeiro a ocupe e colonize. Os portugueses, invocando o princípio, alargaram, muito para além dos limites previstos no Tratado de Tordesilhas, as dimensões da sua colônia.

²⁷ Manuel Correia de Andrade, *op. cit.*, pp. 8 e ss.

²⁸ Moniz Bandeira, *O Expansionismo Brasileiro*, Rio de Janeiro, Philobiblion, 1985, estuda, minuciosamente, a política brasileira no Rio da Prata durante o Período Imperial.

Período Colonial, à Coroa Espanhola que a ele tinha indiscutível direito nos termos do Tratado de Tordesilhas²⁹. Pela força quando foi necessário, o Brasil defendeu, depois, ali, a sua soberania, amiúde ameaçada e sempre constrangida. Foi o caso da pretensão imperialista dos Estados Unidos incluir a hipótese da conquista da Amazónia nos seus planos de expansão para Sul. Washington patrocinou, officiosamente, um amplo e eficaz movimento de propaganda que sustentava ser a conquista do grande espaço brasileiro derivada da necessidade do seu desenvolvimento e a benefício das suas populações³⁰. A demora na execução do plano norte-americano de ocupação de algumas das Antilhas e o facto de o governo brasileiro ter aberto o rio à navegação de navios estrangeiros, parece justificar não se terem consumado as intenções norte-americanas.

Na Amazónia, a ampliação e o controlo da sua vasta bacia foi objectivo perseguido com visão de Estado e pertinácia, saldando-se pela conquista de grandes espaços que se encontravam na soberania da Venezuela, Colômbia, Bolívia e Peru, na convicção da necessidade e vantagem de dominar as fontes hidrológicas que alimentam o Amazonas, integrando, na terra brasileira, as diversas amazónias nacionais ou, noutra perspectiva, tornando brasileira a pan-amazónia^{31/32}.

Recorrendo a arbitragem dirigida, em 1900, pelo presidente suíço, conseguiram os brasileiros ver garantidos os direitos à soberania de uma parte do Sul da Guiana Francesa, confirmando as

²⁹ Capistrano de Abreu, citado por Meira Mattos em *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1980, p. 32, diz que “a Amazónia foi uma descoberta espanhola e uma conquista portuguesa, enquanto, ao contrário, o Prata foi uma descoberta portuguesa e uma conquista espanhola”.

³⁰ Manuel Correia de Andrade, *op. cit.*, p. 31.

³¹ General Meira Mattos, capítulos “Projecção da geopolítica pan-amazônica” e “Organização do espaço político amazônico”, in *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*, pp. 63-78 e 159-175.

³² Actualmente, vigora o Tratado de Cooperação da Amazónia assinado em 1978 pela Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. A linha de contorno dessa massa é de 17.500 quilómetros, sendo 16.000 de fronteiras terrestres e 1.500 de litoral, o que traduz o quociente de continentalidade de 11 resultante da aplicação da fórmula de F. Supan ($Qc = \frac{\text{extensão do limite terrestre}}{\text{extensão do litoral}}$). Cfr. *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*, pp. 120-121.

reivindicações que os portugueses sempre sustentaram anteriormente à independência do--e Lysias Rodrigues explica-nos as razões brasileiras, dizendo, em 1947, e com grande franqueza, que tal território permitiria “aquela sonhada defesa da embocadura do Rio Amazonas”; o pensador brasileiro invoca Halford Mackinder para justificar o interesse da sua pátria na aquisição dessa parte da Guiana: os russos, a partir do *heartland*³³ poderiam, eventualmente, conquistar a Europa, depois a África—e, a partir daqui, indaga, não ficaria “o bastião do Nordeste, novamente sob ameaça impressionante? A boca do Amazonas, Belém do Pará, é hoje uma esquina do Mundo, necessária, imprescindível, às ligações marítimas com os Estados Unidos”. Como defender a embocadura do Amazonas, pergunta-se Lysias Rodrigues fornecendo, também, a solução: "A resposta é implícita. Precisa o Brasil da Guiana Francesa com urgência. As trancas são necessárias antes de as portas serem arrombadas"³⁴. Assim se foi construindo o Brasil amazónico dos nossos dias.

Para encurtar razões, o Brasil, os seus estadistas³⁵ e os seus militares³⁶ seguiram, com rigor atento e lúcido realismo, a consabida regra segundo a qual o espaço geopolítico conquista-se primeiro, defende-se depois e, por fim, valoriza-se. No quadro das complexas e muitas vezes não pacíficas relações inter-regionais³⁷, sublinhadas por rivalidades nunca satisfeitas e sempre renovadas, em face dos factores

extensão do litoral

³³ Halford John Mackinder, “The Geographical Pivot of History”, in *The Geographical Journal*, 1904, Vol. XXIII, N. 4, pp. 423-437 e “The Round World and the Winning of the Peace”, in *Foreign Affairs*, 1943, Vol. 21, N. 4, pp. 595-605.

³⁴ Lysias Rodrigues A., *op. cit.*, pp. 118 e ss.

³⁵ Refira-se, entre tantos, o Barão do Rio Branco (José Maria da Silva Paranhos), que obteve retumbante vitória no caso das fronteiras com a Argentina e com as Guianas. Nesta última disputa, o seu êxito de negociador significou a incorporação, na soberania brasileira, de mais de 500 mil quilómetros quadrados. Cfr. General Meira Mattos, *Brasil-Geopolítica e Destino*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1975, pp. 49 e ss.

³⁶ Entre outros, o famoso sertanista General Cândido Mariano Rondon grande impulsor da integração nacional. Cfr. Meira Mattos, *Brasil-Geopolítica e Destino*, p. 51.

³⁷ Para uma análise pormenorizada dos conflitos geopolíticos regionais na América do Sul, cfr. Philip Kelly, *Checkerboards & Shatterbelts. The Geopolitics of South America*, Austin, University of Texas Press, 1997, pp. 135 e ss. e D. Gordon Bennett, *Tension Areas of the World*, Dubuque, Kendall/Hunt Publishing Company, 1998, pp. 251-264.

que o isolavam perigosamente do conjunto da comunidade hispano-sul-americana, o Brasil, ancorado, praticamente, na sua fachada marítima, escolheu cedo que não podia deixar de ter como preocupação primeira e decisiva progredir rapidamente no espaço, forçando a interiorização, com o que podia colmatar muitas das suas vulnerabilidades, construindo e consolidando a nação e a sua segurança e, a partir dela, conquistar e manter a sua estabilidade territorial³⁸. Na segunda metade do Séc. XIX, e no curto espaço de 60 anos, fazendo a guerra ou indo por diplomacia clarividente³⁹, persistente e estrategicamente correcta, o Brasil acrescentou-se de 938 mil quilómetros quadrados (mais de 10 vezes a área de Portugal).

O Brasil ia, assim, seguro, ao encontro da visão do português Gabriel Soares de Sousa que, em 1587, no *Tratado Descritivo do Brasil* predissera: “Está capaz para se edificar nele um grande Império, o qual com poucas despesas destes Reinos se fará tão soberano que seja um dos Estados do Mundo”.

5. A sobrevivência das nações é uma árdua e complexa prova num quotidiano feito de constrangimentos internos e externos---e o Brasil brasileiro iniciou, “em trópicos brutos e indevassados, uma natureza hostil e amesquinhadora do Homem”⁴⁰, a sua existência. Num espaço vigorosamente disputado, com graves vulnerabilidades, especialmente a que decorria da debilidade de um factor geopolítico inquestionavelmente importante: grandes e imensos vazios no *hinterland*, fraca densidade populacional nos primeiros tempos, insuficiente em excesso para ocupar⁴¹ toda a vasta terra que tinha por

³⁸ Segundo Gilberto Freyre, “a estrutura lusitana do Brasil é um fenómeno nacional”, in *Novo Mundo nos Trópicos*, p. 182.

³⁹ José Osvaldo de Meira Pena, “Brazilian Geopolitics and Foreign Policy”, in Philip Kelly e Jack Child, eds., *Geopolitics of the Southern Cone And Antarctica*, Boulder, Lynne Rienner Publishers, 1988, pp. 101-110. Para o A., “Brazil is a product of diplomacy”.

⁴⁰ Caio Prado Júnior, *op. cit.*, pp. 27 e ss.

⁴¹ Caio Prado Júnior, *op. cit.*, pp. 36 e ss. e 55-70.

diante (8,5 milhões de quilómetros quadrados), para empreender a fixação das gentes dispersas por pequenos núcleos de colonização atlântica e para a defender da ambição permanente dos espanhóis--- “vácuo de poder....que atrai de todos os quadrantes os ventos desenfreados da cobiça”⁴².

Só a esclarecida visão dos seus estadistas, a aventura dos bandeirantes na sua marcha para Oeste a partir de Piratininga^{43/44}e dos seus regimentos conseguiu, partindo do núcleo geo-histórico ancorado no litoral, esboçar e guardar fronteiras, firmar em terra inacessível⁴⁵ a soberania---saberá Deus como⁴⁶. Borba Gato, Tavares Raposo, Chico Preto, Pascoal Moreira Cabral, Dias Pais, Pedro Teixeira⁴⁷, agenciando pelos matagais densos e inóspitos fortuna feita de metais preciosos e captura de silvícolas, deixaram, nesses itinerários, o delineamento do *heartland* do Brasil⁴⁸. O decorrer dos séculos e os estímulos oficiais substanciados numa política organizada

⁴² Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil*, p. 43.

⁴³ Therezinha de Castro, *Nossa América. Geopolítica Comparada*, Rio de Janeiro, IBGE/Colégio Pedro II, 1992, pp. 95-100.

⁴⁴ O escritor brasileiro Monteiro Lobato diz-nos que “A bandeira.....nasce no planalto e vai conquistar a base física para o nosso destino, *como povo e como nação*. No espaço, foi ela que traçou o retrato verde-físico do Brasil. Para mim, pois, a bandeira não é apenas o episódio histórico mais brasileiro. Além de haver trocado o retrato geográfico do Brasil, é um fenómeno social e político que ajuda a esclarecer muitas das nossas instituições actuais”. Meira Mattos, *Brasil-Geopolítica e Destino*, pág. 56 e ss.

⁴⁵ Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil*, p. 43: ” Aí estão ainda a nos testemunhar a política previdente de nossos avós, o Forte Príncipe da Beira no Guaporé, Tabatinga no Amazonas, Marabitanas no Rio Negro e São Joaquim no Rio Branco. O que urge fazer, em outra escala e com outros meios, é ainda a mesma ideia velha em circunstâncias novas. É preciso tamponar o deserto”.

⁴⁶ Michel Foucher, *L’Invention des Frontières*, Paris, FEDN, 1986, p. 155 e ss., Friedrich Ratzel, *Géographie Politique*, Paris, Éditions Economica, 1988, pp. 332 e ss. (“a fronteira é um produto do movimento”) e René Armand Dreifuss, “Strategic Perceptions and Frontier Policies in Brazil”, in *Premissas*, 2000, N. 21, pp. 27-54.

⁴⁷ Homem de Cantanhede, terra que o homenageia com um monumento em praça pública. Pedro Teixeira conquistou a Amazónia para a coroa portuguesa subindo, pela primeira vez, o Rio Amazonas até à cordilheira dos Andes.

⁴⁸ Lysias Rodrigues, *op. cit.*, p. 76, citando Seraphim Leite: “Agarraram com as suas mãos poderosas a Linha de Tordesilhas e a lançaram tão longe para o Oeste, que por escassos 12 graus caía ela em pleno Oceano Pacífico”. Cfr. Golbery do Couto e Silva, “Aspectos Geopolíticos del Brasil-1952”, in F. A. Milia, W. Siewert *et al.*, *La Atlantartida. Un Espacio Geopolítico*, Buenos Aires, Ediciones Pleamar, 1978, pp. 53-87: “É de toda a evidência que o grande *heartland* central, pela sua simples e clara expressão espacial e pela posição superior de que disfruta no conjunto, como centro natural de toda a estrutura, tem implícito um manifesto destino imperialista.....Convém, entretanto, valorizar um pouco mais atentamente o grau relativo da sua própria articulação natural interna, de que dependerá, sem dúvida alguma, a possibilidade de, mediata ou imediatamente, se organizar e estruturar para a concretização daquele destino promissor”.

de colonização⁴⁹ que deram origem a grandes correntes migratórias⁵⁰, foram alargando e dando vida às suas fronteiras antropogeográficas⁵¹ com o alargamento sistemático do ecúmene brasileiro e atenuando esta vulnerabilidade---e, todavia, ainda nos nossos dias, apesar de caminhar para os 200 milhões de habitantes⁵², foi possível que Meira Mattos anotasse, em 1957, a “distorção geopolítica de possuir (o Brasil) imensa massa continental, vazia e quase desconhecida”⁵³.

Tem sido uma política de continentalidade seguida com intenção, a da rápida e segura integração nacional, com a uma bem planeada política de vertebração do território por linhas interiores⁵⁴ que visará a transformação do potencial territorial em poder concretizado; o espaço de progressão é, ainda, enorme, mas a aceleração do desenvolvimento tem trazido às fronteiras económicas grandes extensões geográficas do Norte, do Oeste, da Amazónia, do sertão mato-grossense e goiano. A vitalização desses espaços interiores, com uma economia própria, que independa do comércio marítimo, continuará a ser um objectivo essencial do Estado brasileiro. Como afirmou Golbery, “a incorporação efectiva de todo o território nacional é um dos objectivos nacionais permanentes”⁵⁵.

⁴⁹ Castro Barreto, *Povoamento e População*, Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editora, 1955.

⁵⁰ Carlos de Meira Mattos, *Geopolítica e Trópicos*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1984, p. 71.

⁵¹ Everardo Backheuser, *Curso de Geopolítica Geral e do Brasil*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1952, pp. 111 e ss.

⁵² Óscar Soares Barata, *Demografia e Poder*, Lisboa, ISCSP, 1989; A.F. K. Organski, *World Politics*, 4^a ed., New York, Alfred A.Knopf, 1960, pp. 137-147, estuda o concurso decisivo do factor geopolítico variável população para o poder dos Estados. Organski, entre outros, sustenta que 200 milhões de habitantes é o *quantum optimum* mínimo para que se possa reconhecer, nos nossos dias, uma grande potência. O Brasil tem, já, uma relação território/população muito favorável à condição de potência emergente, parecendo útil recordar que o Prof. Penck, concluiu, nos seus estudos, que o Brasil poderia abrigar com segurança um bilião e duzentos milhões de habitantes (Lysias Rodrigues, *op. cit.*, p. 85) e Robert Strausz-Hupé, “Population as an Element of National Power”, in Harold e Margaret Sprout, eds., *Foundations of National Power*, New York, D. Van Nostrand Company, Inc., 1951, pp. 111-116.

Os brasileiros são, segundo o censo do ano passado, 169.544.443, com a taxa de crescimento anual de 1,93%, a menor desde o censo de 1950 em que a média foi de 2,39%.

⁵³ Gen. Meira Mattos, *A Geopolítica e as Projecções do Poder*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1977, pp. 139.

⁵⁴ Gen. Meira Mattos, *ibidem*, p. 139. Em *Geopolítica e Trópicos*, p. 134, este A. refere, mesmo, um “modelo brasileiro de política de interiorização”

⁵⁵ Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil*, pp. 74-75.

O homem eurotropical caracterizado, magistralmente, por Gilberto Freyre⁵⁶, acelera e com determinação, o passo final para o interior do continente brasileiro através um adequado sistema de circulação interna que mobiliza todas as espécies de meios e sistemas e para todos os quadrantes⁵⁷, cruzando o Brasil em todas direcções segundo um vasto e estratégico plano destinado não já à conquista e conformação dos limites do Estado, mas à tonificação das suas raízes e da consistência do núcleo central ecuménico do Brasil (Golbery⁵⁸), preparando-o para os novos desafios que a potência emergente que ele é, possa melhor cumprir, neste mundo de incertezas, o futuro de grande potência que está no seu destino histórico.

Tal como o Marechal Mário Travassos aconselhara nas suas reflexões⁵⁹, o Brasil caminha para Oeste.

6. Recentemente, o *Council on Foreign Relations* afirmou ser o Brasil a terceira maior democracia do Mundo. É a maior potência entre os países em desenvolvimento, com um economia em rápida progressão, duas vezes maior que a da Rússia e quase do tamanho da da China. Segundo a revista *Veja*⁶⁰, entre as razões que fundamentam estas conclusões do conhecido instituto nova-iorquino, está o facto de o Brasil ser “o líder dos países emergentes e não apenas na América Latina. Em matéria de capacidade de consumo, o PIB brasileiro ultrapassa o trilião de dólares, o que faz do país a quinta economia

⁵⁶ Gilberto Freyre, *Novo Mundo nos Trópicos*, p. 323.

⁵⁷ Mário Travassos, *Projeção Continental do Brasil*, 4ª ed., São Paulo, Companhia Nacional Editora, 1947, pp. 151 e ss., 192 –201, 215 e 227. O A. analisa, em pormenor, nesta obra por muitos considerada o texto fundador da geopolítica brasileira, a função geopolítica das comunicações no Brasil. Cfr. ainda Shiguenoli Myiamoto, *Geopolítica e Poder no Brasil*, Campinas, Papirus Editora, pp. 150 e ss.

⁵⁸ Golbery do Couto e Silva, “Aspectos Geopolíticos del Brasil-1952”, in *La Atlantardida. Un Espacio Geopolítico*, pp. 53-87.

⁵⁹ Mário Travassos, *op. cit.*, pp. 243-247: “Para Oeste! Tem toda a concisão das verdadeiras fórmulas políticas. Quer dizer antes de tudo compreensão e definição da *facies* geográfica do Continente e do Brasil. Em seguida, comunicações, colonização, atividade industrial. Por sua vez, nesses desdobramentos se encontram outros aspetos ligados à escolha dos meios de transporte, às questões de saneamento e educação, à noção de ordem de urgência dos cometimentos”.

⁶⁰ Edição de 21 de Fevereiro de 2001.

mundial, apenas atrás dos Estados Unidos, China, Japão e Alemanha. Além disso, “o Brasil surge, na nova economia, ainda mais forte. Tem 40% dos usuários de *internet* da América Latina. O dobro dos do México.

Acresce que o Brasil é, hoje, um dos maiores receptores mundiais de investimento estrangeiro, comprovada a sua excepcional capacidade de desenvolvimento diversificado e manejo dinâmico e agressivo dos mercados internacionais; no ano de 2000, foi de 33 bilhões de dólares a massa financeira investida no país; “os investimentos americanos por exemplo, são cinco vezes maiores que os feitos na China”⁶¹.

Meira Mattos, em *Geopolítica e Trópicos*⁶² mostra-nos, numa síntese que capitulou “A Epopeia do Homem Brasílico nas Últimas Décadas”, o Brasil dos nossos dias. Analisa, com rigor, os elementos que compõem o seu espaço geopolítico e de cuja interacção resulta o poder brasileiro⁶³: a extensão, a configuração e a posição geográfica e as suas consequências geopolíticas; a população, o carácter nacional e o sentimento de coesão, apesar da diversidade das suas origens⁶⁴; os recursos naturais, a capacidade de produzir e desenvolver economia, tecnologia e ciência de nível internacional, o estágio concluído da integração nacional e a avaliação positiva da capacidade militar. O Autor faz, ainda, com discreto entusiasmo e sério fundamento, a

⁶¹ Portugal é, actualmente, o terceiro investidor internacional no Brasil. Cfr. Ernâni Rodrigues Lopes, *Perspectivas das Relações Económicas Brasil-Portugal na Próxima Década*, conferência em Belo Horizonte, 2001.

⁶² Carlos de Meira Mattos, *Geopolítica e Trópicos*, pp. 72-100.

⁶³ Em 1980, o Prof. Ray S. Cline, considerou o Brasil a terceira potência mundial, como resultado da aplicação da sua controversa fórmula e método de avaliação do poder dos Estados: $Pp=(T+P+I+M) \times (V+E)$: Pp, poder percebido; T, território; P, população; I, capacidade industrial; M, capacidade militar; V, vontade nacional e E, estratégia nacional ou projecto nacional. Cline atribuiu o primeiro lugar à União Soviética (458 pontos), seguida dos Estados Unidos (304 pontos) e do Brasil (137 pontos). A Argentina, com 22 pontos, ficou-se pelo vigésimo segundo lugar. Cfr. Ray S. Cline, *US Foreign Policy and World Power Trends*, Boulder, Westview Press, 1980, p. 173.

⁶⁴ Gilberto Freyre em *Novo Mundo nos Trópicos*, p. 324 e ss., capítulo “O Brasileiro como tipo nacional e homem eurotropical”; na p. 324, escreve: “Há já um tipo nacional de homem brasileiro para o qual vem convergindo vários subtipos regionais que podemos considerar básicos na formação--que ainda se processa--desse tipo bio-socio-cultural total. Esse tipo--pensamos alguns--no seu aspecto biológico, é menos uma síntese racial que uma síntese ultra-racial: uma meta-raça. Uma além raça”.

apologia da modernização do Brasil como factor decisivo do seu poder futuro. E não se fará esforço em o acompanhar no subtil optimismo que deixa transparecer no texto em que vai traçando, na análise de todos os factores geradores de poder, o perfil irrecusável de uma grande potência⁶⁵.

Cumprindo a regra, o Brasil firmou-se, com energia e firmeza, na terra-contidente, avançando por todos os espaços de propagação que os seus objectivos aconselharam, com um seu sentido de espaço (*raumsinn*) sempre acutilante; defendeu-os com firmeza e proveito, nas chancelarias e, algumas vezes, nos campos de guerra; e, finalmente, reuniu condições e mobilizou energias para o impulso e sustentação do seu desenvolvimento, que vem cumprindo com resultados notáveis em todas as suas regiões naturais. A sua continentalização é realidade⁶⁶.

7. A relação natural do Brasil com o Atlântico vem dos princípios da sua existência como entidade política. Do mar atlântico vieram os primeiros colonizadores portugueses, ao longo das suas costas foram-se gerando os seus núcleos géo-históricos de que irradiaram a fixação no litoral e a penetração no interior próximo; o mar assegurou a comunicação entre todos, potenciou a vida e manteve o comércio das donatarias entre si e para o exterior, de pau-brasil, primeiro e, depois, do açúcar, do café e das pedras preciosas. Nos primeiros séculos, a maritimidade das colónias portuguesas no Brasil garantiu-lhes a comunicação, interior e exterior⁶⁷.

A política de interiorização dos últimos tempos não tem alterado, substancialmente, o facto de o grosso da população (80%),

⁶⁵ Hervé Coutau-Bégarie, *Géostratégie de l'Atlantique Sud*, Paris, Presses Universitaires de France, 1985, pp. 151-167.

⁶⁶ Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil*, p. 134 : "Somos uma nação territorialmente realizada, satisfeita com o património que detemos à custa de antigos conflitos a que não nos pudemos furtar, e de uma actuação diplomática perseverante e clarividente".

⁶⁷ General Carlos de Meira Mattos, *Geopolítica e Trópicos*, pp. 130-131.

do produto interno bruto (82%) e da indústria brasileira (95%) se concentrarem, mesmo nos nossos dias, ao longo 7.408 quilómetros da sua fachada marítima de 500 km de largura—sendo que o comércio internacional do Brasil é ainda, e em 98% (130 MT), realizado através da artéria económica que é o Atlântico⁶⁸.

O Atlântico representa, ainda, para o Brasil, uma extraordinária fonte de recursos económicos⁶⁹, além da pesca, por si já de elevado valor. Ao adoptar o conceito de 200 milhas de mar patrimonial, o Estado brasileiro assegurou a exploração de riquezas de incalculável valor, como petróleo e gás, nódulos de manganês (que contem partículas de outros minérios), cobre, estanho, cobalto e níquel. Estes, os interesses directos e particulares do Brasil.

Mas o Atlântico Sul projecta-se, também, noutros planos que convirá acentuar⁷⁰. Os principais feixes de comércio marítimo, com origem no Índico e mercados do Médio Oriente e Austrália passam por ele e nem a reabertura ao tráfego, em 1975, do Canal de Suez, repôs o *statu quo ante*, pois mais de 50% da importação europeia e 25% da norte-americana de petróleo, por exemplo, continua a fazer-se pela rota do Cabo, rota vital do mundo industrializado.

Além de tanto, o próprio comércio gerado nos países ribeirinhos é assinalável: os produtos tropicais africanos e sul-americanos, as matérias primas estratégicas (petróleo, ouro, diamantes, cobre) de que a Europa e os USA não podem prescindir⁷¹, vem sublinhar a importância do Atlântico Sul⁷² como oceano de caminhos marítimos imprescindíveis ao equilíbrio geoestratégico

⁶⁸ Hervé Coutau-Bégarie, *op. cit.*, pp. 57 e 157. Cfr. André Vigarié, *La Mer et la Géostratégie des Nations*, Paris ISC/Éditions Economica, 1995, pp. 300 e ss.

⁶⁹ General Carlos de Meira Mattos, *Geopolítica e Trópicos*, p. 81: em 1985, o valor dos alimentos com origem no mar situou-se entre 12 a 15 biliões de dólares; o valor global do petróleo extraído de superfícies submersas foi de 100 biliões de dólares, pouco menos de metade do PNB brasileiro.

⁷⁰ Cfr. Yves Salkin, “Regard sur l’Atlantique Sud”, in *Défense Nationale*, 1986, Ano 42, Dezembro, pp. 89-102 e Virgínia Gamba-Stonehouse, *Strategy in the Southern Oceans. A South American View*, London, Pinter Publishers, 1989, pp. 71 e ss.,

⁷¹ Hervé Courtau-Bégarie, *op. cit.*, pp. 58-59.

mundial. Quanto ao Brasil, a sua posição face ao oceano articula-o directamente com cerca de 50 países⁷³. A maritimidade do Estado Brasileiro é um bem valioso.

8. O Brasil viveu boa parte da sua existência intimamente ligado ao mar, pelas razões que deixámos atrás. A ocupação do interior do seu espaço geopolítico de forma planeada, política de tempos recentes, não secunda rizou, no entanto, o papel do Atlântico Sul, autêntico pulmão marítimo, na sua estratégia nacional⁷⁴.

Os seus mais conhecidos geopolitólogos permanecem fieis à dimensão oceânica do Brasil acrescentando-lhe, ao valor económico, a valia estratégica. É de meridiana clareza a visão de Meira Mattos⁷⁵: a ocupação da costa atlântica africana, qualquer quer que seja a sua localização, por uma potência hostil ao seu país, determinará alterações sensíveis políticas e até militares, visto que significará uma plataforma potencial de agressão ao saliente nordestino. Seja do ponto de vista do interesse da segurança brasileira seja, ainda, no que diz respeito à defesa do mundo ocidental, a África será, no seu entender, o primeiro interesse estratégico do Brasil. A defesa do seu país começaria, assim, na outra margem atlântica, nas praias africanas⁷⁶-- “um limite de nossa segurança estratégica”.

O general Golbery do Couto e Silva tem pensamento mais explícito e mais ambicioso. Partindo do facto de a geografia conferir à

⁷² Hervé Coutau-Bégarie, *op. cit.*, p. 57 e Manuel Correia de Andrade, *op. cit.*, pp. 55-57, sobre o interesse do Brasil na África e no Atlântico Sul.

⁷³ Paulo Henrique da Rocha Corrêa, *Noções de Geopolítica do Brasil*, conferência na Câmara Federal, 1975, pp. 66-71. Ao analisar a importância do mar para o Brasil afirma que, por ele, o Brasil alcança “a África e Portugal, isto é, a Comunidade Luziada, o que abre novas perspectiva à expansão brasileira”.

⁷⁴ Carlos de Meira Matos, “The Strategic Importance of the South Atlantic”, in Philip Kelly e Jack Child, eds., *Geopolitics of the Southern Cone and Antarctica*, Boulder, Lynne Rienner Publishers, 1988, pp. 214-222.

⁷⁵ Gen. Meira Mattos, *Brasil, Geopolítica e Destino*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editôra, 1975, pp. 20 e ss.

⁷⁶ Gen. Meira Mattos, *A Geopolítica e as Projecções do Poder*, p. 119: “A protecção de nossos limites de comunicação no Atlântico Sul, de nosso comércio exterior e de nossas águas territoriais,

costa brasileira, especialmente ao saliente nordestino, um valor estratégico relevante, entende que de uma tal circunstância decorre a instituição de uma situação de monopólio brasileiro no domínio do Atlântico Sul. Daí conclui Golbery que o aproveitamento desta situação confere, ao Brasil, um “destino manifesto” (à semelhança da doutrina norte-americana do *manifest destiny*⁷⁷, que inspirou e justificou a expansão dos USA no continente e nos oceanos)⁷⁸, que seria, e naturalmente, o factor legitimante da previsível hegemonização do quadro regional⁷⁹.

Estes dois expoentes do pensamento geopolítico e geoestratégico brasileiro não ficaram sós neste entendimento da acentuação da importância do Atlântico Sul para relevantes interesses do seu país. Desde tempos recuados, muitos outros autores, civis e militares⁸⁰, sustentaram dever o Estado brasileiro olhar politicamente para o Atlântico, especialmente para a área do Sul e para África⁸¹. Sempre se deu como certo que eventual bloqueio deste mar por potência hostil, significaria o isolamento e a asfixia económica.

exige que tenhamos uma estratégia marítima, a qual será parte de uma estratégia global para o Atlântico Sul”.

⁷⁷ Adriano Moreira, *Teoria das Relações Internacionais*, 3ª ed., Coimbra, Livraria Almedina, 1999, pp. 137 e 180-181, sobre o conceito de *manifest destiny*.

⁷⁸ Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil*, pp. 52 e ss. A tese sofreu violenta contestação por parte de E. Guglielmelli, em “Golbery do Couto e Silva, el «Destino Manifesto» Brasileño e el Atlantico Sud”, in F. M. Milia, W. Siewert *et al.*, eds., *La Atlantartida. Un Espacio Geopolítico*, Buenos Aires, Ediciones Pleamar, 1978, pp. 89-105. Para este A. argentino, a concepção de Golbery é tendenciosa e tão arbitrária como a Geopolítica de Haushofer e da Escola de Munique, inspiradores do III Reich.

⁷⁹ Também Vicente A. Palermo, em “Latinoamerica puede mas: geopolítica del Atlántico Sur”, in F. A. Milia, W. Siebert, *et al.*, eds., *La Atlantartida. Un Espacio Geopolítico*, Buenos Aires, Ediciones Pleamar, 1978, pp. 163-194—crítica acerbamente a política de hegemonização do Brasil e sustenta a necessidade de uma articulação de interesses com o Brasil e Jonathan R. Barton, *A Political Geography of Latin America*, London, Routledge, 1997.

⁸⁰ Os argentinos e outros interessados na zona tem-se mantido sempre atentos ao pensamento geoestratégico brasileiro. Bernardo Quagliotti de Bellis, em “Geopolítica del Atlántico Sur”, in F. A. Milia, W. Siebert *et al.*, eds., *La Atlantartida. Un Espacio Geopolítico*, Buenos Aires, Ediciones Pleamar, 1978, pp. 18-52, revela que já em 1828 um diplomata britânico manifestava a sua preocupação pelo forte interesse brasileiro pela fronteira atlântica, o que poderia, eventualmente, vir a pôr em risco o comércio inglês com a Índia, a China e toda a Ásia Oriental e Pacífico.

⁸¹ A “tentação africana” do Brasil no dizer de François Thual, *op. cit.*, p. 114.

9. O Brasil, pugnando por legítimos interesses, não se alheou da reorganização do espaço antártico e composição dos múltiplos interesses em presença⁸², o que veio a culminar no Tratado de 1960⁸³, e destinou o continente austral exclusivamente a fins pacíficos⁸⁴. Ao contrário do que aconteceu com a Argentina e o Chile, o Brasil não pôde sustentar, na partilha desse espaço, ser o continente antártico como que o prolongamento do território sul-americano. Não obstante, fundamentou irrecusavelmente os seus interesses e direitos⁸⁵ em termos de geoestratégia marítima, vindo a aderir ao Tratado em 1975 salvaguardando, deste modo, os seus desígnios---e obtendo, ainda, reparação justa para a lesão do seu prestígio ao ser colocado numa situação política de insofrível inferioridade relativamente à Argentina, sua rival de séculos que, pelo Tratado, na opinião de alguns dos seus próceres, adquirira a categoria de Grande Argentina dada a situação de bi-continentalidade (América Latina e Antártica)⁸⁶ em que ficara investida.

De par com a presença em todo o espaço do Atlântico Sul, o Brasil conserva sempre presente o imperativo da projecção do seu poder para a imensidão do Oceano Pacífico, o Grande Mediterrâneo para onde parecem concentrar-se, para a concretização do futuro, os interesses económicos e estratégicos de todas as grandes potências

⁸² Cfr. Ishwar Chandra Sharma, *Antarctica. Geopolitics and Ressources*, New Delhi, Inter-India Publications, 1992; F. M. Auburn, "Gás y petróleo frente a la costa ("Off-Shore") en la Antartida", e Héctor Maria Balmaceda, "Tendencias Geopolíticas en el Atlantico Sur", in C. J. Moneta, S. Hilton, J. S. Tulchin *et al.*, *Geopolítica y Política del Poder en el Atlántico Sur*, Buenos Aires, Editorial Pleamar, 1963, pp. 161-194 e 59-88; e Jack Child, *Antarctica and South American Geopolitics. Frozen Lebensraum*, New York, Pareger Publishers, 1988.

⁸³ Sobre a internacionalização da Antártica, cfr. Ricardo Pedro Quadrei, *La Antartida en la Política Internacional*, Buenos Aires, Editorial Pleamar, 1983, pp. 17 e ss. e L. P. Kirwan, "The Partition of Antarctica", in W. Gordon East e A. E. Moodie, eds, *The Changing World. Studies in Political Geography*, London, George G. Harrap & Co., Ltd., 1956, pp. 982-1002.

⁸⁴ Artigo 1º do Tratado da Antártica, firmado em Washington, D.C., a 1 de Dezembro de 1959, por 12 países entre os quais a Argentina e o Chile: "1. A Antártica será usada somente para propósitos pacíficos. Serão proibidas, *inter alia*, todas as medidas de natureza militar, tais como o estabelecimento de bases e fortificações militares, a realização de manobras militares, assim como as experiências com quaisquer tipos de armas".

⁸⁵ Theresinha de Castro, *Rumo à Antártica*, Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos, 1976, pp. 110-114 e Capítulo sobre Geopolítica e Geoestratégia, pp. 115-126.

⁸⁶ François Thual, *op. cit.*, p. 114.

ribeirinhas e as de outras paragens. Esta bi-oceanidade pretende o Brasil viabilizá-la seja através do Estreito de Magalhães e do Canal do Panamá, seja pela ampla bacia fluvial amazónica com pontos terminais no Equador e, especialmente, no Peru⁸⁷; grande exportador, procura encontrar, nesse alvo, mercados potenciais que constituam novos estímulos ao seu desenvolvimento.

10. O Brasil chegou a ser, no Império, uma potência marítima continental de vulto, decaindo a partir daí. Iniciaram-se, depois, os tempos da ocupação efectiva de todo o vasto espaço continental assumida num projecto nacional que mobilizou energias de toda a natureza e transformou o Brasil na potência emergente dos nossos dias. O Estado brasileiro avaliará quando e como virá a combinar as suas potencialidades marítimas e continentais, na síntese final que realizará, na plenitude, o seu excepcional poder potencial.

Trata-se, pois, da resolução do grande dilema brasileiro que coloca o Brasil entre dois destinos⁸⁸: de um lado, a vastidão do seu rico *hinterland*, um repto permanente, aberto a todas as fascinantes aventuras da fixação de gentes empreendedoras, da criação da vida e do desenvolvimento social, cultural e económico; um desafio constante às capacidades do Estado e às de uma sociedade que se propõe, mais uma vez, e pelo seu futuro, pôr em marcha, as novas *bandeiras*; do outro, o mar oceano que partilha, desde o início, a sua História, mas também agente de prosperidade e factor de segurança.

As prioridades que hoje parecem prevalecentes ficaram delineadas anteriormente: ocupação, estabilidade territorial e desenvolvimento, isto é, uma continentalidade consolidada e próspera

⁸⁷ François Thual, *op. cit.*, p. 114. Este A. refere, ainda, a pretensão do Brasil de acesso ao sistema económico da União Europeia, para o que poderia contar com a plataforma geográfica que é Portugal. Cfr., neste sentido, Adriano Moreira, “A Relação Privilegiada Portugal-Brasil”, in *Estudos da Conjuntura Internacional*, Lisboa Publicações Dom Quixote, 1999, pp. 391-401 e Francisco de Assis Grieco, *O Brasil e a Nova Geopolítica Europeia*, São Paulo, Edições Aduaneiras, 1992, pp. 183-184.

⁸⁸ Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil*, pp. 61-62.

que possa ser suporte da atlanticidade que aqueles autores, para só falar neles, julgam, a vários títulos, elemento insubstituível do conceito estratégico nacional brasileiro.

A grande potência continental ou, mesmo, inter-continental⁸⁹, resultante da interação destes dois factores, está no horizonte próximo.

11. Chegará, certamente, o momento em que o Brasil terá por reunidos os pressupostos da explicitação completa dos seus interesses nacionais a concretizar no Atlântico Sul e em África—e, em decorrência, a assumpção das responsabilidades correlativas.

Grande potência política e económica de todo o espaço em referência, país multirracial, país lusófono, líder natural do mundo que teve a colonização portuguesa⁹⁰ como traço comum---o Brasil, tal como foi o único articulador aceitável da fundação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa parece estar, pela sua grandeza, pelos seus méritos e por exigência iniludível dos seus próprios interesses de Estado, vocacionado para ser o garante do êxito futuro da Instituição. Esta liderança, anteviu Adriano Moreira, é o destino manifesto do Brasil⁹¹.

Bibliografia:

- ANDRADE, Manuel Correia de, *Geopolítica do Brasil*, 4ª ed., S. Paulo, Editora Ática, S.A., 1995.
- AUBURN, F. M., “Gás y petróleo frente a la costa (“Off-Shore”) en la Antártida”, in C. J. Moneta, S. Hiltom, J. S. Tulchin *et al.*, eds., *Geopolítica y Política del Poder en el Atlántico Sur*, Buenos Aires, Editorial Pleamar, 1983, pp. 161-194.
- BACKHEUSER, Everardo, *Curso de Geopolítica Geral e do Brasil*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1952.
- BALMACEDA, Héctor Maria, “Tendencias Geopolíticas en el Atlántico Sur”, in C. J. Moneta, S. Hiltom, J. S. Tulchin *et al.*, eds., *Geopolítica y Política del Poder en el Atlántico Sur*, Buenos Aires, Editorial Pleamar, 1983, pp. 59-88.
- BANDEIRA, Moniz, *O Expansionismo Brasileiro*, Rio de Janeiro, Philobiblion, 1985.
- BARATA, Óscar Soares, *Demografia e Poder*, Lisboa, ISCSP, 1989.
- BARTON, Jonathan R., *A Political Geography of Latin America*, London, Routledge, 1997.
- BARRETO, Castro, *Povoamento e População*, Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editora, 1955.

⁸⁹ François Thual, *op. cit.*, p. 115.

⁹⁰ Gilberto Freyre, *Novo Mundo nos Trópicos*, pp. 184-185, prevê vir a ser o Brasil o “líder em potencial dessa grande comunidade luso-tropical”.

⁹¹ Adriano Moreira, *A Europa em Formação (A Crise do Atlântico)*, p. 237.

- BELLIS, Bernardo Quagliotti de, "Geopolítica del Atlántico Sur", in F.A. Milia e W. Siewert *et al.*, eds., *La Atlantartida. Un espacio geopolítico*, Buenos Aires, Ediciones Pleamar, 1978, pp. 19- 52.
- BENNETT, D. Gordon, *Tension Areas of the World*, Dubuque, Kendall/Hunt Publishing Company, 1998, pp. 251-264.
- CAMPBELL, Horace, "Pan Africanism in the Twenty-First Century", in Tajudem Abdel-Raheen, ed., *Pan Africanism*, London, Pluto Press, 1996, pp. 212-228.
- CASTRO, Therezinha de, *Rumo à Antártica*, Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos, 1976.
- CASTRO, Therezinha de, *Nossa América. Geopolítica Comparada*, Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, 1992.
- CASTRO, Theresinha de, *África, Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1981.
- CHILD, Jack, *Antarctica and South American Geopolitics. Frozen Lebensraum*, New York, Praeger Publishers, 1988.
- CLINE, Ray S., *US Foreign Policy and World Power Trends*, Boulder, Westview Press, 1980.
- CORREIA, Paulo Henrique da Rocha, *Noções de Geopolítica do Brasil*, S. Paulo, conferências na Câmara Federal, 1975.
- COUTAU-BÉGARIE, Hervé, *Géostratégie de L'Atlantique Sud*, Paris, Presses Universitaires de France, 1985.
- DECRAENE, Philippe, *Le Panafricanisme*, Paris, Presses Universitaires de France, 1976.
- DREIFUSS, René Armand, "Strategic Perceptions and Frontier Policies in Brazil", in *Premissas*, 2000, N. 21, pp. 27-54.
- FLORY, Maurice, *Droit International du Développement*, Paris, Presses Universitaires de France, 1977.
- FREYRE, Gilberto, *Novo Mundo nos Trópicos*, Lisboa, Livros do Brasil, 1972.
- FREYRE, Gilberto, *Casa Grande & Senzala*, Lisboa, Livros do Brasil, 1957.
- FREYRE, Gilberto, *O Brasil em Face das Áfricas Negras e Mestiças*, conferência no Gabinete Português de Leitura, Rio de Janeiro, 1962.
- FREYRE, Gilberto, *O Mundo que o Português Criou*, Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editora, 1940.
- FOUCHER, Michel, *L'Invention des Frontières*, Paris, FEDN, 1986.
- GAMBA-STONEHOUSE, Virginia, *Strategy in the Southern Oceans. A South American View*, London, Pinter Publishers, 1989, pp. 71 e ss.
- GRIECO, Francisco de Assis, *O Brasil e a Nova Geopolítica Europeia*, S. Paulo, Edições Aduaneiras, 1992.
- GRIMAL, Henri, *La Decolonisation*, Bruxelles, Éditions Complexe, 1985.
- GUGLIAMELLI, Juan E., "Golbery do Couto e Silva, el "Destino Manifiesto" brasileño y el Atlántico Sur", in F. A. Milia e W. Siewert *et al.* eds., *La Atlantartida. Un espacio geopolítico*, Buenos Aires, Ediciones Pleamar, 1978, pp. 89-105.
- HAYES, Margaret Daly, "Brasil y el Atlántico Sur: cambios en las perspectivas de um problema que se vislumbra", in C. J. Moneta, S. Hiltom, J. S. Tulchin *et al.*, eds., *Geopolítica y Política del Poder en el Atlántico Sur*, Buenos Aires, Editorial Pleamar, 1983, pp. 89-102.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*, Lisboa, Gradiva, 2000.
- KELLY, Philip, *Checkerboards & Shatterbelts. The Geopolitics of South America*, Austin, University of Texas, 1997.
- KIRWAN, L. P., "The Partition of Antarctica", in W. Gordon East e A. E. Moodie, eds., *The Changing World. Studies in Political Geography*, London, George G. Harrap & Co., Ltd., 1956.
- LOPES, Ernâni Rodrigues, *Perspectivas das Relações Económicas Brasil-Portugal na Próxima Década*, conferência em Belo Horizonte, 2001.
- LUCHAIRE, François, *Droit d'Outre-Mer et de la Coopération*, Paris, Presses Universitaires de France, 1966.
- MACKINDER, Halford John, "The Geographical Pivot of History", in *The Geographical Journal*, 1904, Vol. XXIII, N. 4, pp. 423-437.
- MACKINDER, Halford John, "The Round World and the Winning of the Peace", in *Foreign Affairs*, 1943, Vol. 21, N. 4, pp. 595-605.
- MATTOS, Carlos de Meira, "The Strategic Importance of the South Atlantic", in Philip Kely e Jack Child, eds., *Geopolitics of the Southern Cone and Antarctica*, Boulder, Lynne Rienner Publishers, 1988, pp. 214-222.
- MATTOS, Gen. Meira, *A Geopolítica e as Projecções do Poder*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército-Editora, 1977.
- MATTOS, Gen. Meira, *Brasil-Geopolítica e Destino*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1975.
- MATTOS, General Carlos de Meira, *Geopolítica e Trópicos*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1984.
- MATTOS, General Meira, *Uma Geopolítica Pan-Amazonica*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1980.

- MATTOS, Grl. Carlos de Meira, *Geopolítica y Teoría de las Fronteras*, Buenos Aires, Círculo Militar, 1997.
- MIYAMOTO, Shiguenoli, *Geopolítica e Poder no Brasil*, Campinas, Papirus Editora, 1995.
- MOREIRA, Adriano, "A Relação Privilegiada Portugal-Brasil", in *Estudos da Conjuntura Internacional*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999, pp. 391-401.
- MOREIRA, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, 3ª ed., Coimbra, Livraria Almedina, 1999.
- MOREIRA, Adriano, *A Europa em Formação (A crise do Atlântico)*, Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica/IRIDC, 1976.
- MOREIRA, Adriano, "Oceano Moreno", in *Estudos da Conjuntura Internacional*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999, pp. 120-137.
- ORGANSKI, A. F. K., *World Politics*, 4ª ed., New York, Alfred A. Knopf, 1960.
- PALERMO, Vicente A., "Latinoamerica puede mas: geopolítica del Atlantico Sur", in F. A. Milia e W. Siewert *et al.*, eds., *La Atlantartida. Un espacio geopolítico*, Buenos Aires, Ediciones Pleamar, 1978, pp. 163-194.
- PENNA, José Osvaldo de Meira, "Brazilian Geopolitics and Foreign Policy", in Philip Kelly e Jack Child, eds., *Geopolitics of the Southern Cone and Antarctica*, Boulder, Lynne Rienner Publishers, 1988, pp. 100-110.
- PRADO JUNIOR, Caio, *Formação do Brasil Contemporâneo-Colônia*, 23ª ed., S. Paulo, Editora Brasiliense, 1994.
- QUADREI, Ricardo Pedro, *La Antartida en la Política Internacional*, Buenos Aires, Editorial Pleamar, 1983.
- RATZEL, Friedrich, *Géographie Politique*, Paris, Éditions Economica, 1988.
- RODRIGUES, Lysias A., *Geopolítica do Brasil*, Rio de Janeiro, Biblioteca Militar Editôra, 1947.
- SALKIN, Yves, "Regard sur l'Atlantique Sud", in *Défense Nationale*, 1986, Ano 42, Dezembro, pp. 89-102.
- SÁ-MACHADO, Manuel de, *Para uma Comunidade Luso-Brasileira*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1973.
- SANTOS, Eduardo dos, *Pan-Africanismo de Ontem e de Hoje*, Lisboa, E. do A., 1968.
- SHARMA, Ishwar Chandra, *Antarctica. Geopolitics and Ressources*, New Delhi, Inter-India, Publications, 1992.
- SILVA, Golbery do Couto e, "Aspectos Geopolíticos del Brasil-1952", in F. A. Milia e W. Siewert *et al.*, eds., *La Atlantartida. Un espacio geopolítico*, Buenos Aires, Ediciones Pleamar, 1978, pp. 53- 87.
- SILVA, Golbery do Couto e, *Geopolítica do Brasil*, 2ª ed., Rio de Janeiro, José Olímpio Editôra, 1967.
- STRAUSZ-HUPÉ, Robert, "Population as an Element of National Power", in Harold e Margaret Sprout, eds., *Foundations of National Power*, New York, D. Van Nostrand Company, Inc., 1951.
- SKIDMORE, Thomas, *Uma História do Brasil*, 2ª ed., S. Paulo, Editora Paz e Terra, S.A., 1998.
- TRAVASSOS, Mário, *Projeção Continental do Brasil*, S. Paulo, Companhia Editora Nacional, 1947.
- THUAL, François, *Méthodes de la Géopolitique*, Paris, Ellipses, 1996.
- VIGARIÉ, André, *La Mer et la Géostratégie des Nations*, Paris, ISC/Éditions Economica, 1995.
- WODDIS, Jack e Philippe, *Africa: los orígenes de la revolución*, Madrid, Editorial Ciencia Nueva, S.L., 1968.